

# Corrupção

Estamos na presença de uma classe política que não só instalou “denunciantes” aqui e além como incentiva os cidadãos a serem delatores

A. MAGALHÃES  
PINTO  
Economista

maggpinto@netcabo.pt  
http://poliscopeio.blogspot.com



Podem bem cair o Carmo e a Trindade sobre o Dr. Marinho Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados. Podem os Partidos todos pedir satisfações. Podem os instalados no Poder assobiar para o lado e dizer que não é nada com eles. Podem as autoridades levantar os inquéritos que entenderem por bem. Mas algo mais importante fica daquilo que ele disse sobre o fenómeno da corrupção em Portugal: apenas amplificou o que quase todos nós, os que andamos mais atentos ao que se passa no país, dizemos em voz baixa nos corredores da nossa vida social. Que a corrupção grassa no país, a começar na vida política.

O Dr. Marinho Pinto não é o primeiro indivíduo com responsabilidades públicas a dizê-lo. Para citar apenas dois, já a Dra. Maria José Morgado e o demissionário Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais o disseram, ainda não há muito tempo. Claro que o alvo das declarações destes dois responsáveis públicos era um conjunto de ignorados agentes privados da nossa economia. Muito bem. E que é que isso tem? Porque é que, na altura, os Partidos, os políticos, os governantes não se empertigaram e exigiram que fossem colocados nomes nas denúncias efectuadas? Ou será que corruptos neste país só podem ser, por miraculosa predestinação, os contribuintes e os empresários? Ou será que os políticos são objecto de uma vacinação especial que os torna imunes à presunção de corrupção, quando os seus actos são objectivamente ininteligíveis pela razão, actos que são, pelo menos, eticamente censuráveis pelas suspeições a que dão origem? Ou só a quem não é político é que se aplica o dito de que “à mulher de César não basta ser séria, tem também que o parecer”? Bem pelo contrário. A nenhum de nós, ignaros e

ignotos cidadãos, é exigido o que pode e deve ser exigido à mulher de César.

Mas acontece mais. É que o Bastonário, embora não citando nomes, se referiu a casos que todos nós conhecemos. Pelo menos alguns. Sabemos quem são os nomes presumidamente envolvidos. Para mim, só foi novidade o caso da venda do edifício dos CTT em Coimbra. E, se buscarmos bem, talvez encontremos mais alguns casos que deixam que pensar. Por isso, constitui redonda hipocrisia o grito político de “venham nomes, venham nomes!”. Todos sabemos que os visados ou outros sempre fizeram tudo dentro da maior legalidade formal. Eles até podem ter sido interesseiros, mas não são tolos. Todavia, se a legalidade permite gestos que deixam em toda a gente o espectro da suspeição, então a legalidade está mal. E, antes de mais nada, o que é de censurar na classe política é a sua inacção contra uma legalidade que permite actos suspeitos da sua própria classe. Não é difícil ler, nas denúncias do Bastonário, que é essa a sua primeira e primordial intenção. Prevenir casos futuros. Não é tanto remexer no passado, a não ser na medida em que o passado dá a conhecer os riscos futuros. E por essa denúncia, o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados é, pelo menos e para já, merecedor do agradecimento do povo anónimo do meu país, esmagadoramente são e incorrupto. E deve ser também merecedor dos agradecimentos da classe política, ela também, na sua esmagadora parte, séria e incorruptível.

Perante esta situação e aos objectivos primordiais citados, soam

a falso e desajustados, portanto, comentários como o que foi feito pelo Senhor Primeiro-Ministro. O de que estava “seguro que ele (o Bastonário) não se referia a nenhum membro, a nenhum ministro deste Governo”. Fiquei atónito ao ler isto. Em lugar de preocupação, que seria

natural num dos primeiros responsáveis da vida política nacional, José Sócrates deu a impressão de que estava apenas a sacudir a água do seu capote. Sem o conseguir, naturalmente. O primeiro pensamento-resposta que me acudiu foi o de que “não se sabe, Senhor Primeiro-Ministro, não se sabe; isso só costuma saber-se depois de “eles” abandonarem o Governo; e os do seu Governo ainda lá estão”. É uma resposta tão absurda como a justificação. Mas, a meu ver, merecida. O Senhor Primeiro-Ministro não soube ver que estamos perante um veemente apelo para que situações como as denunciadas ou parelhas não voltem a verificar-se.

Como muito bem chamou a atenção uma amiga minha, que já escreveu no nosso jornal, a atitude dos políticos face à denúncia, de gritar pelos nomes dos “culpados”, assume ainda outra forma insuportável. Devemos recordar que estamos na presença de uma classe política que não só instalou “denunciantes” aqui e além como incentiva os cidadãos a serem delatores, como acontece, por exemplo, no caso da Lei do Tabaco. A conclusão óbvia é a de que esta classe política pretende que os cidadãos supram o seu trabalho legislativo em falta e façam o trabalho de investigação das autoridades policiais. Era mais ou menos assim que funcionava nos regimes comunistas banidos nos anos noventa. As autoridades não tinham que se preocupar em legislar nem em investigar. Bastava-lhes incentivar os cidadãos a que fossem delatores. Sem delatores – e como ainda agora, num outro plano, se viu, no caso BCP – os “fiscais” da vida cívica não funcionam. E não funcionando, uma de duas: ou são incompetentes ou são cúmplices. Não há terceira ilação possível.

Posta a denúncia na praça pública, reclama-se acção. Não tanto pedir provas de que se passou algo errado nos casos citados e noutros de que haja conhecimento. Isso é de somenos. Não se pode arranjar provas em casos onde a legalidade foi respeitada, pelo menos formalmente. É necessário é produzir os instrumentos necessários para que não volte a haver suspeições. É necessário prevenir e não remediar. Até porque o sucedido seria, se fosse censurável, irremediável. Ainda que, num ou outro caso, como o dos CTT em Coimbra, ainda muito se possa saber para averiguar como é possível a alguém ganhar cerca de um milhão de contos da manhã para a tarde, em troca de duas assinaturas e necessariamente

à custa do património público. Se, em lugar dessa acção profiláctica, continuarmos a ouvir os políticos gritar por nomes na praça pública, então ficaremos todos esclarecidos. Uma outra suspeição insuportável atingirá as nossas consciências. A de que os políticos presentemente no activo não estão nada interessados em que exista legislação que os impeça de virem a ser contratados por agentes com os quais contrataram enquanto Poder. E a inferência, aqui, será óbvia e imediata. Ser político tem que ter por força motriz essencial SERVIR. E não SERVIR-SE. Quem está na política para SERVIR-SE deve ser imediata e inexoravelmente banido. Sem possibilidade de regresso. Condenado ao ostracismo. Recusar os actos que conduzam a uma vida nacional mais sã, menos suspeitosa, mais honesta não só no plano formal mas também no plano real, será a auto-condenação de quem se afirma perseguir impiedosamente a fraude fiscal, o incumprimento das leis, enfim, o saneamento da vida pública portuguesa.

Esta classe política pretende que os cidadãos façam o trabalho de investigação das autoridades policiais

Esta classe política pretende que os cidadãos supram o seu trabalho legislativo em falta



AZUIL BARROS

Especialista no crescimento de negócios  
Director Regional  
Quantum organization  
Portugal

## Sr. empresário, pense como um milionário

Quais são os seus pensamentos sobre dinheiro e riqueza? Será que pensa como os ricos?

Se no seu caso, deixa-se “apanhar” pelos falsos pensamentos negativos associados à crise económica, peço-lhe que tenha cuidado...

Acredite em mim! Um dos mais importantes indicadores de que irá enriquecer neste ano de 2008 é a própria forma como pensa. Sim, uma boa parte do seu sucesso financeiro começa na sua cabeça.

Ajudamos dezenas de empresários a construírem os seus negócios e, por isso, sei o quão importante é a influência dos pensamentos na sua mente. Irei passar a explicar-lhe...

Para criar riqueza não pode ter medo de correr riscos.

Muitos de nós, têm medo da mudança e preferem ficar instalados no lado “fá-

cil”, o lado que apresenta menos resistência.

Esse lado nunca o conduzirá à riqueza. Os milionários são milionários porque fazem as coisas de um modo diferente das outras pessoas, estão dispostos a assumir riscos (claro que calculados) e responsabilidades relativas à realidade com que se deparam.

Para criar riqueza terá de ter pensamentos positivos. Não lhe quero dizer que feche os olhos face aos desafios com que se depara. Mas, mantenha uma expectativa positiva, por princípio, sobre as coisas. Os milionários têm pensamentos realistas positivos. Quando cria um plano, antecipe aquilo

que poderá correr mal e desenvolva uma estratégia alternativa para que o plano prossiga. Desta forma irá diminuir o seu nível de insucesso e reforçar o seu nível de

sucesso. Irá assumir que está preparado e que as coisas no final irão correr-lhe bem.

Para criar riqueza terá que lidar e enfrentar com êxito o insucesso.

O insucesso é inevitável no caminho para o sucesso. Todos os milionários, porque lidam com grandes riscos, já falharam inúmeras vezes (lembra-se quando

Donald Trump tinha uma dívida de 900 milhões?).

Contudo, quando fracassar não fique muito tempo a remoer no insucesso. Em

vez disso, aceite-o como parte do seu caminho para o sucesso e encerre os fracassos com lições de aprendizagem.

Torne-se um criador e não uma vítima.

Lembre-se que os milionários não andam por aí e aceitam passivamente o que lhes acontece. Quando não estão satisfeitos com as situações em que estão as suas empresas, AGEM. Por exemplo, quando o Donald Trump perdeu a sua fortuna, não perdeu muito tempo a lamentar-se sobre o quanto dinheiro perdeu e como nunca mais iria conseguir recuperá-lo. Em vez disso, é mais provável que tenha pensado: “o que é que eu preciso de fazer de novo para criar dinheiro suficiente e voltar a ser um milionário?”

Sr. Empresário, o que é que está a planear fazer em 2008 para se tornar Milionário?

Comece já e tenha um GRANDIOSO 2008!

Os milionários não andam por aí e aceitam passivamente o que lhes acontece